

1) O que é o Ministério Público brasileiro :

O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.

(Pontuação: 2,0 Pontos) ;

2) Cite quatro funções institucionais do Ministério Público

Art. 129. São funções institucionais do Ministério Público:

I - promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei;

II - zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia;

III - promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;

IV - promover a ação de inconstitucionalidade ou representação para fins de intervenção da União e dos Estados, nos casos previstos nesta Constituição;

V - defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas;

VI - expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los, na forma da lei complementar respectiva;

VII - exercer o controle externo da atividade policial, na forma da lei complementar mencionada no artigo anterior;

VIII - requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, indicados os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais;

IX - exercer outras funções que lhe forem conferidas, desde que compatíveis com sua finalidade, sendo-lhe vedada a representação judicial e a consultoria jurídica de entidades públicas.

(Pontuação: 2,0 Pontos) ;

3) Conceitue os cinco princípios básicos constitucionais da Administração Pública.

a) Legalidade:

Significa que a administração pública está sujeita aos princípios legais, ou seja, as leis ou normas administrativas contidas na Constituição. Neste caso, só é possível fazer o que a lei autoriza. Quando a administração pública afasta-se ou desvia-se da legalidade, ela é exposta à responsabilidade civil e criminal, conforme o caso. Desta forma, a lei acaba distribuindo responsabilidades aos gestores. Trazendo essa lógica para o cotidiano, um administrador público em um processo de licitação, por exemplo, deverá proceder de maneira já estabelecida e em hipótese nenhuma de forma diferente.

b) Impessoalidade:

Aborda tanto a atuação impessoal, que objetiva a satisfação do interesse coletivo, quanto a própria administração pública. Esse princípio impõe ao gestor público que só pratique o ato para o seu objetivo legal, vedando qualquer prática de ato administrativo sem interesse público ou vantagem

para a gestão. Podemos citar como exemplo de violação do princípio da impessoalidade, a exaltação do trabalho de um secretário de obras na inauguração de uma obra.

c) Moralidade :

Trata de obedecer não somente a lei jurídica mas também a lei ética da própria instituição, ou seja, o administrador público precisa seguir alguns padrões éticos. Portanto, a moralidade administrativa junto a sua legalidade e adequação aos demais princípios, possuem pressupostos que, quando não seguidos, tornam a atividade pública ilegítima. Sendo assim, o gestor público que agir de forma contrária descumprirá a moralidade como também o princípio de legalidade. Na política, um exemplo prático disto é a nomeação de parentes em cargos comissionados.

d) Publicidade:

Diz respeito à divulgação oficial do ato para conhecimento público. O princípio da publicidade é um requisito da eficácia e da moralidade. Sendo assim, todo ato administrativo deverá ser publicado, com exceção dos que possuem sigilo nos casos de segurança nacional, investigações policiais ou de interesse superior da Administração, conforme previstos na lei. Um tipo de informação que não pode ser divulgada são dados pessoais de servidores, por exemplo.

e) Eficiência:

Esse princípio exige que a atividade administrativa seja exercida de maneira perfeita, com rendimento funcional. A eficiência exige resultados positivos para o serviço público e um atendimento satisfatório, em tempo razoável.

(Pontuação: 2,0 Pontos) ;

4) Conceitue e diferencie tutela de evidência x tutela de urgência :

Ambas as tutelas de evidência e de urgência são tipos de tutelas provisórias, não definitivas, deferidas após cognição sumária, a serem confirmadas depois mediante sentença proferida após cognição exauriente, previstas no novo CPC. A tutela provisória de urgência exige como pressupostos a) a verossimilhança/plausibilidade do direito e b) o perigo de dano ao direito ou o risco à utilidade do processo (a urgência). A tutela de urgência pode ser deferida de maneira cautelar (como o antigo processo cautelar, que não existe mais no novo código civil), de modo a assegurar o resultado útil do processo ou de outro processo, ou de maneira antecipada/satisfativa (semelhante à antiga tutela antecipada do CPC), que busca garantir o resultado material. Ambas maneiras podem ser requeridas de maneira antecedente à ação principal, ou de maneira incidental – durante o processo. Já a tutela provisória de evidência independe de tais requisitos de perigo/risco, porque é uma “tutela não urgente”, uma novidade do NCPC, sendo deferida mais pela plausibilidade e evidência do direito do requerente do que pelo risco de perecimento do direito; e uma outra hipótese de concessão é quando a outra parte está abusando do seu direito ou existe uma tese já firmada em sede de recursos repetitivos ou súmula vinculante.

(Pontuação: 2,0 Pontos) ;

5) Elenque e conceitue os elementos do crime, segundo a teoria tripartite :

Segundo a teoria tripartite do crime, o crime é um fato típico, antijurídico e culpável. Os elementos são os seguintes: a) FATO TIPICO (requer: a.1. conduta; a.2.resultado; a.3. nexos causal; a.4. tipicidade) ; b) ANTIJURIDICIDADE (não estar incluído em qualquer das excludentes de ilicitude: legítima defesa, estado de necessidade, estrito cumprimento de dever legal, exercício regular de direito); CULPABILIDADE (imputabilidade; potencial consciência da ilicitude; exigibilidade de conduta diversa).

(Pontuação: 2,0 Pontos) ;